



O PNAE EM FOCO: Análise de seus alcances e limites no IFSULDEMINAS - *Campus* Machado

Karina SWERTS¹; Maria do Socorro Martinho COELHO²; Priscila PEREIRA³;

RESUMO:

O PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é um programa governamental que tem entre seus objetivos destinar 30% dos recursos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) para aquisição de produtos provenientes da agricultura familiar, que são empregados na alimentação escolar. A presente pesquisa analisa o modo como o Programa tem sido implementado no IFSULDEMINAS - *Campus* Machado. O objetivo é ver como funciona o PNAE no Campus, desde o processo de abertura das chamadas públicas até o contato com os produtores e o planejamento do cardápio. Com isso, pretende-se oferecer repertório conceitual e analítico que permita o desenvolvimento de ações e o trabalho de reflexão sobre os alcances e limites dessa política pública em nossa instituição, com o objetivo de avaliar sua importância, desafios e as dificuldades para sua plena realização.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Alimentação Escolar; Segurança Alimentar e Nutricional; Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

A política pública do PNAE, regida pela Lei nº 11.947/09, estabelece que 30% dos recursos do FNDE sejam revertidos na compra de alimentos oriundos da agricultura familiar. Esse percentual é aplicado na compra da alimentação escolar de toda a rede pública de educação básica, incluindo a EPCT (Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica). O FNDE é o gestor do programa e os recursos são descentralizados e transferidos para estados, municípios e escolas federais.

O programa começou a ser implementado no IFSULDEMINAS em 2012, vindo a efetivar-se em 2013 através das primeiras chamadas públicas para aquisição de produtos da agricultura

¹ Bolsista PIBIC/CNPq, IFSULDEMINAS – *Campus* Machado. E-mail: swertsk@yahoo.com.

² Colaboradora do projeto, IFSULDEMINAS – *Campus* Machado. E-mail: socorro.coelho@ifsuldeminas.edu.br.

³ Orientadora, IFSULDEMINAS – *Campus* Machado. E-mail: priscila.pereira@ifsuldeminas.edu.br.

familiar para a alimentação escolar. Desde sua implantação, o PNAE vem obtendo bons resultados nos campi, contribuindo também para a realização de projetos de extensão, para a elaboração de um sistema referencial de preços de alimentos da agricultura familiar⁴ e para o estabelecimento de uma parceria com a Secretaria de Educação Tecnológica. Porém, ainda há muitos desafios para a total efetivação da política, que envolvem dificuldades como infraestrutura escassa, falta de profissionais especializados e desconhecimento dos estudantes em relação ao tema.

O propósito da pesquisa foi compreender a importância do PNAE no *Campus Machado*, avaliando seus alcances e limites. A ideia era possibilitar o contato com uma das mais importantes políticas públicas relacionadas à Alimentação Escolar e Segurança Alimentar e Nutricional existentes em nosso país. Para tanto, foi necessário que se compreendesse o que é uma política pública e sua influência na sociedade, além de se estudar os conceitos de segurança e soberania alimentar e a valorização da agricultura familiar.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram analisados os conceitos de segurança e soberania alimentar a fim de se compreender a alimentação como direito básico, conforme afirmação presente na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Também foram levados em consideração estudos que apontam que a escassez e a abundância de alimentos são duas faces de um mesmo problema, relacionando-se com variáveis políticas, biológicas, socioculturais, ecológicas, econômicas, morais e ideológicas. Isso nos mostra que fenômenos como a fome, a desnutrição, os distúrbios alimentares, a obesidade e o consumo excessivo de ultra processados também são produzidos por decisões – ou pela falta de – políticas, o que indica que sua solução não depende apenas dos sistemas produtivos.

Neste sentido, percebe-se a importância de uma política pública como o PNAE, que, entre outras coisas, possibilita o enfrentamento da insegurança alimentar ao suprir parte das necessidades nutricionais dos estudantes. O programa também tem como pontos positivos o incentivo à agricultura familiar, o acesso à renda e recursos produtivos, a contribuição para o combate das desigualdades e a cidadania no campo.

3. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo se apoiou nos aportes teóricos oferecidos pela “História da Alimentação” e em textos complementares sobre políticas públicas, PNAE, segurança e soberania alimentar, agricultura familiar. Também foi baseado na metodologia da observação participante, através de uma pesquisa

⁴ O sistema referencial de preços de alimentos da agricultura familiar serve como parâmetro para os valores dos produtos oriundos da agricultura familiar, possibilitando, por conseguinte, a consulta dos preços estimados de tais gêneros alimentícios e a realização das chamadas públicas do PNAE e PAA na modalidade compra institucional.

de campo no restaurante do Campus sob a supervisão da nutricionista Maria do Socorro Martinho Coelho. Por fim, como se trata de um trabalho que ainda está em desenvolvimento, é importante mencionar que estão previstas a realização de duas entrevistas com produtores ligados ao PNAE para avaliar as dificuldades e desafios para inserção no Programa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O PNAE está alicerçado em algumas diretrizes, a saber, alimentação saudável e adequada, educação alimentar e nutricional, universalização, participação social, desenvolvimento sustentável e direito à alimentação escolar (BRASIL, 2009). Além de promover uma alimentação saudável entre os estudantes das escolas públicas de educação básica, o Programa visa “estimular a agricultura familiar nacional, por meio do fortalecimento dos agricultores do seu município” (RODRIGUES, 2017, p. 40).

O Programa funciona do seguinte modo: o governo federal repassa aos estados, municípios e escolas federais os recursos financeiros para a compra dos alimentos produzidos pelos agricultores familiares. Tais valores possuem caráter suplementar e são efetuados em 10 parcelas mensais, distribuídas de fevereiro a novembro de cada ano, de acordo com o número de matriculados em cada rede de ensino. A partir de um sistema de chamadas públicas, os produtos são comprados diretamente dos agricultores familiares, de modo a se incentivar o desenvolvimento local e sustentável das comunidades. A fiscalização e controle do PNAE fica a cargo da sociedade civil, mediante Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), FNDE, Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e Ministério Público (FNDE, s.d.).

O Programa deve respeitar hábitos alimentares locais e priorizar o consumo do maior número possível de produtos *in natura*, contribuindo, além disso, para o desenvolvimento local. O PNAE também deve priorizar comunidades indígenas, quilombolas e de territórios da reforma agrária. É importante frisar que o PNAE contribui para aproximar produtores e consumidores, conectando campo e cidade e promovendo a sustentabilidade, a redução do êxodo rural e da pobreza (SARAIVA, 2013).

5. CONCLUSÕES

A pesquisa permitiu que a bolsista se familiarizasse com o PNAE, do seu planejamento à sua execução. Também permitiu a aquisição de repertório conceitual, teórico e prático para analisar o Programa, seus prós e contras, alcances e limites, sabendo avaliar sua importância e dificuldades de implementação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. **Diário Oficial da União** 2009, 17 jun.

FNDE. **Sobre o PNAE.** O que é?, s.d. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-sobre-o-pnae>.

Acesso em: 30 jul. 2019.

RODRIGUES, Aloísa Hirata (coord.) e ROCHA, Luiz Carlos Dias da (et al.). **Manual de gestão do PNAE para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, IFSULDEMINAS, Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2017.

SARAIWA, Elisa Braga et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciênc. saúde coletiva [online]**, 2013, vol.18, n.4, pp.927-935. Abr. 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232013000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Set. 2019.